Publicação do novo Código de Processo Civil foi destaque da semana

Depois de anos passando por estudos, críticas e reviravoltas, foi sancionado nesta semana o novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), que vai passar a valer daqui um ano. Entre as novidades, o texto inclui as chamadas férias para advogados, determinando a suspensão de prazos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro; manda contar prazos em dias úteis; assegura a ordem cronológica para julgamentos; e reconhece que honorários de sucumbência são devidos ao advogado, e não à parte vencedora. As normas também permitem que advogados públicos recebam esses honorários. Da versão que passou no Congresso, a presidente Dilma Rousseff vetou sete pontos. *Clique [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#) para ler sobre o assunto.*

Pacote anticorrupção

Em meio a manifestações nas ruas, desentendimentos no Congresso e investigações da “lava jato”, o governo federal anunciou medidas com a proposta de punir a corrupção. As propostas lançadas querem agilizar processos, incluindo aqueles com réus que têm prerrogativa de foro; endurecer a pena para servidor público que tenha enriquecimento ilícito; criminalizar o “caixa 2” eleitoral e acabar com o domínio de propriedade quando o bem for fruto de corrupção. Também foi anunciado o decreto que regulamenta a Lei Anticorrupção — esperado desde que a norma entrou em vigor, em janeiro de 2014. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Mudança de RG

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça autorizou que um jovem exclua seus sobrenomes paternos por ter sido abandonado pelo pai na infância. Ele poderá usar o sobrenome da avó materna. O colegiado derrubou decisão do Tribunal de Justiça paulista e avaliou que o princípio da imutabilidade do nome não é absoluto no sistema jurídico brasileiro. O relator, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, afirmou que o STJ tem sido mais flexível ao analisar casos como esse. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Entrevista da semana

O procurador de Justiça Rômulo de Andrade Moreira, que atua na Bahia, faz contraponto ao uso da delação premiada pelo Ministério Público. Para ele, o instrumento tem validade discutível, pois não se sabe se o delator fala sempre a verdade, e não é correto eticamente, por se basear em um traidor. Moreira avalia ainda que “o nosso processo penal até hoje não se adaptou à Constituição de 1988”. Ele ainda elogia a criação de audiências de custódia, como aplicado pelo Judiciário paulista, que obriga juízes a ouvir presos em flagrantes no prazo de 24 horas. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 936 mil visitas e teve 1,5 milhão de visualizações de página entre os dias 13 e 19 de março. A terça-feira (17/3) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 184,6 mil visitas.

O texto mais lido, com 62,7 mil acessos, foi sobre a aguardada sanção do novo Código de Processo Civil, que havia sido aprovada pelo Congresso no fim de 2014. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Com 42,9 mil leituras, a segunda colocada no ranking é a notícia de uma tese adotada pelo Superior Tribunal de Justiça para descartar a existência de união estável de um casal nos dois anos anteriores ao casamento. A 3ª Turma avaliou que essa união só existiria se ambos esperassem constituir uma família. Para o relator do caso, ministro Marco Aurélio Bellizze, morar na mesma casa e ter um relacionamento duradouro e público não são elementos suficientes. No caso analisado, ele disse que houve “namoro qualificado”. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

As 10 mais lidas

[Com pelo menos sete vetos, Dilma Rousseff sanciona novo CPC](#)

[Para relacionamento ser união estável, casal precisa construir família](#)

["Delação premiada é inconstitucional, porque é uma prova ilícita"](#)

[Tim é proibida de bloquear internet quando consumidor atinge pacote](#)

[Faculdades não preparam estudantes de Direito para lidar com dificuldades](#)

[Novo CPC é publicado e, para advogados, traz segurança jurídica](#)

[Leia as razões dos sete vetos de Dilma Rousseff ao Novo CPC](#)

[Em evento, Ellen Gracie defende o fim do contencioso de massa](#)

[Dilema de dois juízes diante do fim do Livre Convencimento do NCPC](#)

[Lei que cria feminicídio é "desastre técnico" e foge da lógica penal](#)

Manchetes da Semana

[Empregador pode exigir certidão de antecedentes criminais antes de contratar](#)

[Terceirização irregular com Poder Público gera equiparação salarial, decide TST](#)

[Filho abandonado desde a infância tem direito de excluir sobrenome paterno](#)

[Liberdade de crítica jornalística se sobrepõe à intimidade de juízes, diz STJ](#)

[Em pacote de medidas, governo vai regulamentar Lei Anticorrupção](#)

[Lei que aposenta policiais aos 65 anos é inconstitucional, julga TJ-RJ](#)

[Advogados dizem que novo Código de Processo Civil traz segurança jurídica](#)

[Com vetos em pelo menos sete artigos, Dilma sanciona novo CPC](#)

[Bem de família colocado como garantia pode ser penhorado, decide STJ](#)

[Justiça comum deve julgar aposentadoria complementar, reafirma Supremo](#)

["Delação premiada é inconstitucional, porque se trata de uma prova ilícita"](#)

[20,6 mil escritórios decidem aderir ao Simples em busca de redução de tributos](#)

[Moro aprova busca em empresa diferente da que constava no mandado de busca](#)

[Partido apresenta ação no Supremo contra normas previstas na Lei Anticorrupção](#)

Date Created

21/03/2015